

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS
GERAIS**

ANA CLARA DUARTE DE SOUZA

**CENSURA DURANTE O PERÍODO DITATORIAL EM 1964 À 1985:
LITERATURA COM TEMÁTICA LÉSBICA**

BELO HORIZONTE

2017

ANA CLARA DUARTE DE SOUZA

**CENSURA DURANTE O PERÍODO DITATORIAL EM 1964 À 1985:
LITERATURA COM TEMÁTICA LÉSBICA**

Artigo realizado para obtenção de nota da disciplina História da Leitura e da Formação do Leitor I do 4º período do curso de Letras – Tecnologias de Edição no Centro Federal de Educação Tecnológica.

Professor: Luiz Henrique Silva

BELO HORIZONTE

2017

*“Morta jazerás e não deixarás memória nem saudade, porque não
tiveste parte nas rosas da Piéria. Invisível, errarás na casa de Hades
entre os escuros mortos, depois de teres voado daqui.”*

– Poema A Mulher Rica e inculta, de Safo.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise de como a literatura com temática lésbica era vista durante os anos de 1964 à 1985, durante a ditadura militar no Brasil, bem como um breve panorama acerca das proibições e censuras sofridas pelas editoras e autores durante esse período. Sob a luz de Sandra Reimão, bem como outros influentes autores, este trabalho vai ser aos poucos construído.

Palavras-chave: Censura, ditadura militar, literatura com temática lésbica, Cassandra Rios.

INTRODUÇÃO

Admirada e considerada por Platão na Antiguidade como “a décima musa”, a poetisa lírica Safo foi a primeira mulher antes da Era Comum, que se tem notícia, a conseguir veicular poesias com temáticas de amor e desejo entre mulheres. Suas obras foram posteriormente reunidas em nove volumes no século III pós Era Comum, com o que não foi desmanchado pelo tempo. Infelizmente, sua obra veio a ser queimada em 1073, por ser considerada como imprópria. No entanto, apesar da tentativa de eliminar o belo trabalho de Safo, algumas poesias e fragmentos sobreviveram e são ainda hoje acessíveis.

Já no século XX, a escritora brasileira Cassandra Rios vai ser considerada como a “Safo de Perdizes”. Nascida Odete, na cidade de São Paulo em 1932, foi uma das mais importantes romancistas brasileiras, além de pioneira da literatura LGBT, especificamente com temática lésbica, no Brasil quando ainda não se existia luta organizada pelos direitos dos homossexuais. Assim como Safo, teve sua obra rotulada como imprópria porque feria a moral e os bons costumes, foi silenciada e aos poucos apagada do cenário literário.

A partir do nascimento desse tipo de literatura voltada e sobre esses grupos marginalizados, começou-se a abrir, recentemente, uma discussão por parte de escritores que pertencem à comunidade LGBT, sobre o que de fato vem a ser uma “literatura lésbica”. Laure Murat, no verbete ‘Literatura Lésbica’ no *Dicionário de Culturas Gays e Lésbicas* questiona:

O que é literatura lésbica? É a literatura que trata de assuntos ligados a lesbianidade, seja ela escrita por homens ou por mulheres, homo ou heterossexuais? É a literatura produzida por lésbicas, mas cujos propósitos não concernem necessariamente à homossexualidade feminina? Ou tal definição restringe-se apenas à literatura produzida por lésbicas, e que ademais evoca a lesbianidade? (MURAT, Laure, 2003, p. 295)

E Ana Rita Santiago da Silva (2010) ainda declara que:

Por mais que haja, conforme aponte, quem acate e defenda o ponto de vista de que a autoria gay é a que sustenta a literatura gay e esta vem marcada pelos modos de subjetivação das personagens, não adoto este critério porque entendo que pessoas não gays e também não militantes ou não simpatizantes das causas gays podem escrever uma obra, ou um conjunto de obras, em cujas estruturas sejam discutidas a cultura, o desejo, a subjetividade gays. (SILVA, Ana Rita Santiago da 2010, p. 66).

Classificar e rotular um texto de acordo com a sexualidade do autor e/ou do personagem causa divergências. Por um lado, essa catalogação auxilia as obras a alcançar maior visibilidade, público e afirmação de identidade. Mas, por outro lado, etiquetar esses textos dessa forma, pode acabar gerando estigmatização e segmentação ao invés de inclusão. Desta forma, diante a dificuldade de se definir um conceito e consequentemente um nome, adotarei, neste trabalho, a terminologia, *literatura com temática lésbica*, que penso se adequar melhor à questão da complexidade do cenário.

1. A CENSURA (1964-1985)

O golpe militar de 31 de março de 1964 que trocava o presidente democraticamente eleito João Goulart pelo Marechal Castello Branco, traria, em um futuro não tão longínquo, severas complicações à indústria editorial brasileira e a seus responsáveis. Livros seriam apreendidos e censurados, seus editores presos e fisicamente agredidos, depósitos de livros queimados e diversos autores processados, sob a pretexto de que as obras produzidas feriam à moral e aos bons costumes. É relevante dizer que, até a promulgação da AI-5, em 1968, a censura dos livros ocorria com ausência de critérios, ou seja, por quatro anos, esse “terrorismo cultural”, como Alceu Amoroso Lima intitularia, ocorreu de forma aleatória. De forma que livros como *Um projeto para o Brasil* de Celso Furtado, o *Kama Sutra*, *Filosofia na Alcova*, do marquês de Sade e

Minha vida, meus amores, de Henry Spencer Ashbee, entre muitos outros, seriam censurados.

O que desalinharía ainda mais essa censura, viria em maio de 1961 com o decreto de Jânio Quadros, que concederia a cada estado o direito de exercer a censura. Sete anos mais tarde, ocorreram no Rio de Janeiro duas grandes manifestações: “Cultura contra Censura”, em fevereiro, e “A Passeata dos Cem Mil”, em junho de 1968. No entanto, pouco tempo depois, seria promulgada a AI-5 acentuando-se ainda mais a censura e, 1969 seguinte seria um ano de:

Cassações em massa, rígido controle dos movimentos operários e estudantis, recrudescimento da censura, instituição da pena de morte e prisão perpétua para crimes políticos e inauguração, no país, da prática de sequestros por parte de guerrilheiros urbanos. [...] As atividades culturais passaram a ser rigorosamente vigiadas e artistas de projeção nacional [...] tiveram de deixar o país. (REIMÃO, Sandra, 1974, p.46)

Diversos escritores, jornalistas, diretores, músicos, intelectuais, estudantes e atores foram presos, alguns deles deportados. A grande maioria de tudo e todos que possuíam alguma relação com cultura e arte foram completa ou parcialmente censurados e punidos. Havia censores dentro das redações de jornais ou revistas, editores eram obrigados a enviar as obras a serem publicadas para os sensores do Estado analisarem, de forma que Jorge Amado e Erico Veríssimo viriam a declarar publicamente: “em nenhuma circunstância mandaremos os originais de nossos livros aos censores, nós preferimos parar de publicar no Brasil e só publicar no exterior” (Jones, 2001, v.I, p. 46). De forma geral, houve grande resistência por parte das editoras, de forma que o governo resolveu recuar e publicar a portaria 11-B, que isentaria de verificação prévia as publicações de caráter filosófico, técnico, científico e didático.

Interessante ressaltar que, qualquer cidadão poderia atuar como censor. Bastava apenas que entregasse às autoridades, como a Polícia Federal, qualquer obra que considerasse como atentado à moral e aos bons costumes. A tentativa, porém, de censurar livros previamente seria considerada como inexecutável tecnicamente:

“só em 1971, foram lançados no Brasil 9950 títulos novos, que exigiram um número incalculável de censores”. O conjunto de funcionários atuando como censores federais passou de 16 em 1967 para 240 ao final do regime militar (STEPHANOU, 2001, p.246), mas, mesmo com esse inchaço, a censura prévia de todo o mercado editorial brasileiro era algo não executável. A maioria da atividade de censura em relação a livros dava-se, na prática, por denúncias. (REIMÃO, Sandra, 2010, p. 278)

Curiosamente, houve um crescimento na edição e publicação de livros durante a primeira metade da década de 1970, apesar de ser o ponto alto da ditadura. Dedicase esse crescimento à queda na taxa de analfabetismo da população geral acima de cinco anos.

2. ENQUADRAMENTO, EXCLUSÃO, SILENCIAMENTO

Durante o regime militar, de acordo com Deonísio da Silva, cerca de 430 livros, de diversos temas, foram censurados. No entanto, diversos arquivos foram eliminados, perdidos, queimados, e até onde se sabe, esse número pode ser muito maior. No texto de Sandra Reimão *Ditadura Militar e Censura a Livros: Brasil (1964-1985)*, é impossível não notar que a maioria dos nomes dos autores censurados citados são homens, uma vez que pertencíamos e ainda pertencemos à uma sociedade machista e misógina. É fato que pouquíssimas mulheres conseguiam publicar e obter reconhecimento por suas obras, e esse círculo reduz drasticamente quando se delineia ainda mais sobre a condição dessas mulheres: escritoras lésbicas, estritamente durante esse período.

Durante a pesquisa para este trabalho, apenas menções sobre a paulista Cassandra Rios foram encontradas. Ela é considerada como a 1ª escritora brasileira a escrever e publicar obras falando sobre homossexualidade feminina,

não como desvio de comportamento ou bestialização do caráter, nem tampouco como

sujeitos que não viveram uma vida harmônica , quando na infância. Cassandra mostra as personagens como sujeitos sexuais, apenas, assim discutindo a representação e a construção do discurso heterossexual sobre os sujeitos homossexuais. Considerando que as teorias sobre a identidade sexual, bem como as manifestações preconceituosas e violentas para com o sujeito homossexual eram aceitas e naturalizadas por uma sociedade, cujos valores religiosos, culturais e políticos consideravam os gays e lésbicas como sujeitos desviados, sem direito ao convívio social e, portanto, passíveis de violência e de desrespeito, Cassandra Rios surge, nesse contexto, como uma voz dissonante ao denunciar, embora de forma camuflada, esse processo de violência e de marginalização. (AZEVEDO, Maria da Glória de Castro, *Comunicação: Cassandra Rios – A Transgressão na Margem*, p. 1-2)

O primeiro livro de Cassandra foi publicado aos seus 16 anos, com ajuda financeira da mãe, em 1948. *A Volúpia do Pecado*, obteve repercussão nacional e é a primeira obra brasileira a abordar o frágil e avassalador desenrolar da descoberta do amor entre duas jovens. E, devido a sua temática, o livro e a autora passaram a ser alvo de perseguições. Por ser menor de idade, Rios nada sofreu, mas, ao alcançar maioridade, acabou sendo obrigada a pagar uma multa e condenada a um ano de prisão domiciliar. Apesar de todas as críticas, a “Safo de Perdizes” continuou a publicar suas histórias.

Suas obras revelam elementos da transformação histórica ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, falam sobre a mudança do comportamento das lésbicas, feminismo, liberdade, sexo, sobre ser mulher e ter desejos. Santos afirma que:

a linguagem e a literatura de Cassandra Rios têm valor cultural e histórico de resistência, pois documentam histórias apagadas pelo sistema de repressão e censura da ditadura militar, e contestam o sistema hegemônico da heterossexualidade compulsória (SANTOS, 2005, p. 180)

Suas obras foram tachadas como pornográficas e sem qualidade, e Cassandra julgada como obscena e comunista, além de ter sido a escritora brasileira mais perseguida e censurada do país, por durante toda a sua carreira. Mesmo com toda repressão, os livros de Rios, por serem irreverentes, vendiam muito. 300 mil exemplares, cada livro, e aumentavam exponencialmente conforme publicava outros. As cifras eram comparadas a Jorge Amado, que passou a defendê-la das críticas, afirmando que “Cassandra Rios é mestre no ofício do romance” (MOTT, 1987, p.118).

Com o golpe de 1964 e o papel da censura ficando cada vez mais presente dentro das editoras, e posteriormente com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a tentativa de opressão aumentava cada vez mais. Durante a década de 1970, 33 de seus 36 livros tinham sido censurados e recolhidos e, embora tivesse tentado publicar sob pseudônimos estrangeiros para conseguir que as editoras aceitassem seus livros – Como J.K. Rowling também faz na década de 90 para publicar a série Harry Potter –, não conseguiu participação nos lucros das vendas, o que a fez ter que vender seus bens para sobreviver. Após a morte da autora, Liz Rios, sua sobrinha, procurou a Ordem dos Advogados de São Paulo no intuito de fazer Cassandra ser reconhecida como perseguida política:

A OAB-SP elaborou um dossiê que foi entregue a Comissão da Nacional da Verdade (CNV) e que mostra como a perseguição moral a seus livros a levou à bancarrota financeira e ao esquecimento social e literário. A família deseja o direito à memória e à justiça e espera com isso que Cassandra obtenha o status de perseguida política, por sua militância enquanto livre-pensadora, por representar uma coletividade que não tinha representação naquele momento e por estimular e explicitar a (r)evolução da mulher nos anos 1960/1970. (HOLANDA; MESQUITA; PAIVA, *Censura e esquecimento: a perseguição à literatura lésbica de Cassandra Rios*, p. 7)

CONCLUSÃO

A censura, ocorrida em razão da ignorância e intolerância, causou grandes danos, alguns irreparáveis, que prejudicaram profundamente o desenvolvimento cultural do país. Brilhantes autoras como Cassandra Rios foram perseguidas e esquecidas, diversas excelentes editoras declararam falência, diversas obras originais foram perdidas. Fica comprovado também, mais uma vez, a forma com que a literatura pode ser exclusiva considerando o fato de que apenas homens, em sua grande maioria, brancos e heterossexuais, são canonizados, ao passo que as mulheres são ignoradas e esquecidas.

Ainda, a literatura com temática lésbica é marginalizada e considerada como não existente, bem como autoras homossexuais são ignoradas e invisibilizadas a todo custo por uma sociedade machista e heteronormativa.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Maria da Glória de Castro. *Comunicação: Cassandra Rios – A Transgressão na Margem*. Disponível em: <
<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/MARIA%20DA%20GL%C3%93RIA%20DE%20CASTRO%20AZEVEDO.pdf>> Acesso em: 24 de novembro de 2017

HOLANDA, Ismênia de Oliveira; MESQUITA, Raquel Guimarães; PAIVA, Crístian Saraiva. *Censura e esquecimento: a perseguição à literatura lésbica de Cassandra Rios*. Disponível em:
<http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020715_30_06_2015_14-54-30_4931.PDF>
Acesso em: 22 de novembro de 2017.

LEITTE, Letícia. *(In)Visibilidades Lésbicas e Literatura*. Disponível em: <
<http://blogueirasfeministas.com/tag/cassandra-rios/>> Acesso em: 22 de novembro de 2017.

LINDOSO, Filipe. *Um abril para não esquecer. A Ditadura e a indústria editorial*. Disponível em: <
<http://www.publishnews.com.br/materias/2014/04/01/76495-um-abril-para-nao-esquecer-a-ditadura-e-a-industria-editorial>> Acesso em 24 de novembro de 2017

MURAT, Laure. Littérature lesbienne. In: ERIBON, D. (dir.), *Dictionnaire des cultures Gays et lesbiennes*, Paris : Larousse, 2003, p. 295-297.

REIMÃO, Sandra. *Ditadura Militar e censura a livros: Brasil (1964-1985)*. In: BRAÇANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil – Dois Séculos de livros Brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 271-287.

VERBETE ‘SAPPHO’ In: Poets. Org. Disponível em: <
<https://www.poets.org/poetsorg/poet/sappho>> Acesso em: 23 de novembro de 2017.